



FM

CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

ENTRE MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA E VALADARES GAIA FUTEBOL CLUBE

= APOIO TRABALHOS DE DEMOLIÇÃO MUROS E EXECUÇÃO DE NOVOS =

Considerando que:

O Valadares Gaia Futebol Clube é uma Instituição com relevantes serviços prestados ao desporto, com especial incidência nos escalões de formação e no futebol feminino, sendo esta última a única equipa de futebol feminino, do Distrito do Porto, a disputar na primeira divisão;

A recente alteração legislativa para os clubes da 1ª liga (feminina), veio obrigar o clube a diversas adaptações da infraestrutura necessárias para a realização das competições;

Contudo, o Clube não tem condições para cumprir com todas as exigências legais para a disputa da 1ª Liga de Futebol Feminino tendo solicitado, por isso, o apoio do Município;

O Município de Vila Nova de Gaia dispõe de atribuições, nos termos da alínea f), do n.º 2 do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, no domínio dos tempos livres e desporto;

A Câmara Municipal tem competência para "*apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município...*", nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do referido diploma legal;

Incumbe às autarquias locais, a promoção e a generalização da atividade física, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos (cfr. Artigo 6.º, n.º 1 da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro – Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto);



O Município de Vila Nova de Gaia se propõe fomentar a prática desportiva, bem como contribuir para o melhoramento da ocupação dos tempos livres dos seus munícipes;

Os apoios ou participações financeiras concedidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas e pelas Autarquias Locais, na área do desporto, são titulados por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, conforme dispõe o n.º 3 do artigo 46.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro;

Para efeitos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de outubro, – regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo - entende-se por contrato-programa de desenvolvimento desportivo o contrato celebrado com vista à atribuição, por parte do Estado, das Regiões Autónomas ou das autarquias locais, diretamente ou através de organismos dependentes, de apoios financeiros, materiais e logísticos, bem como de patrocínios desportivos;

Podem beneficiar da concessão de apoios as associações ou confederações de praticantes, de treinadores e de árbitros, bem como os clubes desportivos, conforme disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º do mencionado Decreto-Lei;

Os contratos-programa de desenvolvimento desportivo integram, no respetivo clausulado ou em anexo ao mesmo, o programa de desenvolvimento desportivo objeto da participação, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de outubro;

Face aos relevantes serviços prestados ao desporto, com especial incidência nos escalões de formação e no futebol feminino, justifica-se a continuidade do apoio municipal ao Valadares Gaia Futebol Clube.

Assim, entre:

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA, pessoa coletiva n.º 505 335 018, com sede na Rua Álvares Cabral, Vila Nova de Gaia, representado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Prof. Doutor Eduardo Vítor Rodrigues, com poderes para este ato, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei



Handwritten signature and initials in blue ink.

n.º 75/2013, de 12 de setembro, doravante designado por **Município** ou primeiro contraente; e

VALADARES GAIA FUTEBOL CLUBE, pessoa coletiva n.º 509 859 844, com sede na Rua da Carreira Funda, s/n, Apartado 16, 4405-541, Valadares, Vila Nova de Gaia, aqui representada por José Manuel Costa Soares, na qualidade de Presidente da Direção, com poderes para este ato, doravante designado por **Clube** ou segundo contraente;

E, em conjunto, designados por Partes.

É celebrado livremente, de boa-fé e reciprocamente aceite, o presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo, que se rege pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

(OBJETO DO CONTRATO-PROGRAMA)

Constitui objeto do presente contrato-programa o estabelecimento da forma de colaboração entre os contraentes na concretização das intervenções a realizar nos muros do campo de jogos do Segundo contraente.

CLÁUSULA SEGUNDA

(APOIO)

1. Pelo presente contrato, o Município executa os serviços (trabalhos de demolição de muros e execução de novos), discriminadas no Anexo I ao presente contrato.
2. Os comportamentos que contrariem os princípios da ética desportiva, por parte de atletas, dirigentes ou sócios das associações, são avaliados pela Câmara Municipal, podendo representar o cancelamento de apoios.

CLÁUSULA TERCEIRA

(OBRIGAÇÕES DO SEGUNDO CONTRAENTE)

1. Para a prossecução do objeto do presente Contrato, o Clube obriga-se perante o Município a:

- a) Fazer referência ao apoio pelo Município, através da menção expressa, "Com o apoio da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia", e inclusão do respetivo logótipo, em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação das atividades incluídas no objeto do presente Contrato, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;
- b) Respeitar a limitação das remunerações dos membros dos corpos sociais nos termos fixados na lei.

CLÁUSULA QUARTA

(REVISÃO DO CONTRATO-PROGRAMA)

1. Os termos do presente contrato-programa podem ser revistos por reformulação das competências da Administração Local previstos na legislação em vigor na matéria objeto do presente contrato-programa ou por iniciativa de uma das partes contraentes, mediante acordo escrito.

2. Quaisquer alterações, aditamentos ou exclusões ao mencionado no presente contrato-programa são efetuadas por escrito, através de adenda ao presente contrato-programa, passando a fazer parte integrante deste, subscrita por ambas as partes.

CLÁUSULA QUINTA

(INCUMPRIMENTO, RESOLUÇÃO E SANÇÃO)

1. O incumprimento pelo segundo contraente de uma ou mais condições estabelecidas no presente contrato-programa constitui motivo para a resolução imediata do mesmo por parte do Primeiro contraente, mediante notificação escrita, e implica a devolução dos montantes recebidos e constitui impedimento para a apresentação de novo pedido de apoio num período a estabelecer pelo Órgão Executivo.

2. A resolução é notificada por escrito à Segunda contraente e produz efeitos a partir da data da sua receção.

CLÁUSULA SEXTA
(PRODUÇÃO DE EFEITOS E VIGÊNCIA)

1. O presente contrato-programa produz efeitos a partir da data da sua publicitação.
2. O presente contrato-programa vigora até ao integral cumprimento das obrigações das partes.

CLÁUSULA SÉTIMA
(COMUNICAÇÕES)

No âmbito de execução do presente contrato-programa, as informações e comunicações entre os contraentes são realizadas por correio eletrónico considerando-se a comunicação realizada na data da sua receção.

CLÁUSULA OITAVA
(LEI APLICÁVEL)

1. Sem prejuízo da aplicação da Parte III do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua redação atual, o presente Contrato-Programa fica excluído da aplicação da Parte II do mesmo diploma legal, nos termos da alínea c), do seu n.º 4 do artigo 5º.
2. A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente contrato-programa aplicam-se, subsidiariamente, as disposições do Regulamento Municipal de Atribuição de Benefícios Públicos.

Assim o disseram e outorgaram em dois exemplares de igual conteúdo e valor, ficando um na posse de cada um dos contraentes.

Vila Nova de Gaia, 20 de setembro de 2023

Pelo Município de Vila Nova de Gaia

Pelo Valadares Gaia Futebol Clube

O Presidente da Câmara,



Prof. Doutor Eduardo Vítor Rodrigues

O Presidente da Direção



José Manuel Costa Soares

- Ratificado em reunião da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia em 18 de setembro de 2023;
- Nesta data, verificou-se a regularidade da situação contributiva da entidade (Segurança social e Autoridade Tributária)